



BRUNO FARIA LOPES

MODERADO RADICAL

A forma como um ministro, o primeiro-ministro e o Presidente da República geriram em 2017 o caso da exceção concedida à equipa de António Domingues sugere que proteger à partida Costa e Marcelo, com o argumento da "palavra" e da "dignidade do cargo", é ingenuidade extrema - ou respeitinho conivente.

Tancos e as lições do caso Caixa/Domingues

O ano de 2017, o do assalto em Tancos, começa com um caso que rebentara meses antes: a exceção aos deveres de transparência dada pelo Governo à administração da Caixa.

Quando, em março de 2016, Mário Centeno convida António Domingues para liderar a Caixa uma das condições colocadas pelo gestor é de que ele e a sua equipa têm de ficar fora do Estatuto do Gestor Público. Domingues quer gerir a Caixa como um privado e alega que não pode estar sob uma lei que limita salários e impõe a publicitação dos rendimentos dos administradores.

O Governo tem o desafio de passar em Bruxelas a recapitalização urgente da Caixa - que, se corresse mal, poria em causa a estabilidade da recém-formada geringonça - e Centeno aceita a condição. O primeiro-ministro é informado pela equipa das Finanças, algo natural dada a relevância do problema. A alteração ao Estatuto é feita com o apoio dos advogados de Domingues. O diploma chega a Belém e Marce-

lo opõe-se. Domingues sabe da oposição porque Centeno o informa, por sms, de um problema em Belém e, mais tarde, da superação desse obstáculo. A Caixa está num momento-chave e Marcelo acaba por aprovar o diploma, com uma nota aos media onde não refere a exceção.

Em novembro, Marques Mendes revela que os gestores não têm de entregar as declarações de rendimentos no Tribunal Constitucional e deixa a dúvida: era lapso ou propositado? Sob ataque da esquerda e da direita, as Finanças respondem: "não é lapso". Mas Marcelo assume o controlo e dispara: os gestores têm de entregar. Os partidos votam a obrigatoriedade da entrega. Domingues demite-se, confirmando implicitamente a condição acordada.

Mas o caso não morre aí. Com uma

A natureza do jogo político, como revimos em 2017, é lutar para sobreviver.

comissão de inquérito a correr sobre a nomeação e a demissão de Domingues, e após a divulgação no "Eco" de correspondência trocada entre as Finanças e o gestor, o foco no início de 2017 resvala para saber se houvera acordo e se Centeno não mentira

no Parlamento ao negar a sua existência. A política reage.

Costa, no Parlamento, eleva a parada: não havia prova escrita de que o governo assumira o compromisso. Quando Lobo Xavier, amigo de Domingues, revela na SIC a existência dos sms inequívocos de Centeno, Marcelo gere. "Fonte de Belém" diz que o Presidente se sentiu "traído" porque perguntou "mil vezes ao primeiro-ministro se havia algum acordo" e "mil vezes o primeiro-ministro lhe respondeu que não" (como se a intenção do diploma não sugerisse o acordo). Centeno acaba a in-

vocar o "erro de percepção mútuo" com Domingues. O ministro, ferido, sobrevive - a esquerda trava a distribuição dos sms aos deputados da comissão.

Lições? Três: a urgência leva a cedências políticas; é pouco verosímil que a informação sobre assuntos importante não flua para o centro do poder; como os protagonistas desse poder - um ministro, o primeiro-ministro e o Presidente - lutam para sobreviver.

Isto não significa que sobre o muito mais grave caso de Tancos se possa afirmar que, além do ministro Azere-do, Costa e Marcelo sabiam da encenação. Mas, juntamente com os indícios da investigação do Ministério Público, mostra que proteger à partida estas figuras com o argumento do valor da "palavra" e da "dignidade dos cargos" é um sinal de ingenuidade atroz sobre a natureza do jogo político - ou, pior, de um "respeitinho" protetor e conivente. ■

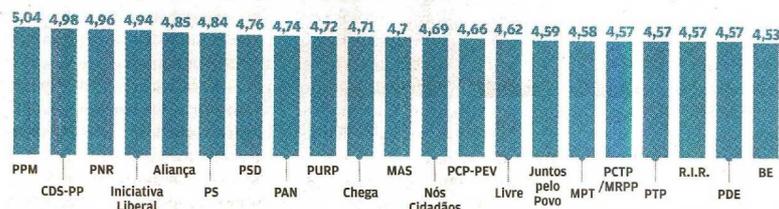
Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico

Gráfico da semana

A POLÍTICA ORDENADA POR NOMES

Tamanho médio dos nomes dos candidatos às legislativas, medido em nomes, por partido

Maria Teresa da Silva Gayo de Oliveira Esteves da Gama Lobo de Lacerda e Mello e de Almeida, a número 3 do PNR em Viana, é a candidata com o nome mais longo.



■ Tamanho médio do nome dos candidatos

Fonte: Miguel Won

Um fait divers que bate uma campanha deprimente

O Twitter não é só lixo: também traz diversão informada. O gráfico ao lado foi postado ontem pelo investigador Miguel Won (na esfera do Livre) e mostra o tamanho médio dos nomes dos candidatos às legislativas. As diferenças são curtas, mas parecem confirmar a percepção comum de elitismo social nas listas da direita mais conservadora. Fait divers? Sim, mas pelo menos diverte e tem

uma fração de informação. É mais do que se pode dizer da maior parte daquilo que saiu desta campanha eleitoral através dos media. Entre o "meu Centeno", as contas para cá e para lá, a novela PS/Bloco e o folclore de alguns pequenos partidos sobrou pouca política - e menos espaço do que o desejável para problemas concretos. Poderia ser diferente? Já não tenho a certeza sobre a resposta.